

Portugal está entre os países que mais ambiciona a criação de espaços adaptados para outras formas de mobilidade

12 de Março, 2021

Os portugueses são dos que mais ambicionam a criação de espaços adaptados para outras formas de mobilidade (espaços pedonais ou ciclovias), mesmo que isso implique a restrição do uso do automóvel. Esta é uma das conclusões do inquérito realizado pelo Observador Cetelem Automóvel 2021.

Segundo os dados da Cetelem, partilhados à imprensa, a posição do automóvel, principalmente na cidade, tem sido contestada: “oito em dez portugueses gostariam que a sua utilização reduzisse”, indicam os dados. No entanto, segundo os resultados do inquérito, “o objetivo não é fazê-lo desaparecer, mas sim repensar a sua utilização, abrindo caminho a outras formas de transporte, de preferência mais sustentáveis e sem emissões de carbono”, isto é “uma coabitação urbana sustentável”.

Nesta perspetiva, “82% dos inquiridos são a favor de haver mais espaços adequados para outras formas de mobilidade – a pé, bicicletas, trotinetas, etc. –, mesmo que isso implique penalizar ou restringir o uso do automóvel”. Em Portugal, “este número aumenta para 92% “. A par da China, Portugal é assim o segundo país inquirido com o valor mais alto, só superado pelo Brasil (96%), indicam os dados.

Segundo os dados do Cetelem, este desejo de coabitação urbana entre todos os meios de transporte é partilhado por todos os 15 países inquiridos, mas é curiosa a divisão geográfica: “de um lado temos os países emergentes e mediterrânicos, e também a China, como os maiores defensores deste conceito; por outro lado, a França, a Alemanha e a Bélgica, os três países onde a ecologia política é mais expressiva, parecem mostrar convicções mais fracas, talvez por se tratar de uma realidade que tem já maior expressão”.

Sobre este tema da coabitação urbana, os resultados do Observador Cetelem Automóvel 2021 também demonstram duas posições diferentes, e opostas, em relação às medidas para restringir o tráfego e a poluição dos veículos motorizados, como portagens urbanas, proibição de circulação a determinados veículos, entre outros. Por um lado, “estas medidas são consideradas úteis e indispensáveis para 75% dos inquiridos”; por outro lado, “são consideradas muito numerosas (54%) e restritivas (65%)”.